

Assunto: ATA DA REUNIÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO

Ref.ª 14/22) – 1 Assistente Técnico (Administrativo)

Local: Paços do Concelho

Data: 21/04/2022

Hora: 16h00

Presentes: Presidente: Dr. João Paulo Afonso Maricato, Chefe da Divisão de Finanças e Património da Câmara Municipal do Marco de Canaveses; 2.º vogal efetivo: Dra. Isabel Maria Barbosa Madureira, Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal do Marco de Canaveses que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos e 2.º vogal efetivo: D. Maria Assunção Pinto Oliveira de Aguiar, Coordenadora Técnica da Secção de Património da Câmara Municipal do Marco de Canaveses.

Distribuição: Despacho 38/GP/2022

ATA Nº 1

-----Aos vinte e um do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois , no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o júri do procedimento concursal mencionado em epígrafe, para fixação dos parâmetros de avaliação, sua ponderação, grelha classificativa e sistema de ordenação final dos candidatos em cada um dos métodos de seleção: -----

-----Iniciados os trabalhos, foi deliberado o seguinte:-----

-----1) **Métodos de Seleção** - os métodos de seleção a aplicar aos candidatos em geral são a Prova de Conhecimentos (PC), a Avaliação Psicológica (AP) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS). -----

-----Prova de Conhecimentos (PC) – a prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício da função a que se candidata, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. -----

-----A prova de conhecimentos será escrita, de natureza teórica, com consulta, efetuada em suporte de papel, numa só fase, podendo ser constituída por um conjunto de questões de resposta de escolha múltipla e/ou de resposta livre. Tem a duração de uma hora e trinta minutos, incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica diretamente relacionados com as exigências da função e será expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valoração considerada até às centésimas. -----

-----Legislação e/ou bibliografia necessária à realização da Prova Teórica de Conhecimentos (devem ser consideradas todas as atualizações e alterações verificadas à legislação indicada, até à data da realização da prova de conhecimentos), as quais poderão ser objeto de consulta durante a sua realização. Desde que não anotada.-----

----Legislação: Carta Ética da Administração Pública; Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação; Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, adaptada aos serviços da administração autárquica pelo Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro;

- Regime Jurídico das Autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação; Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação; Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Competências dos órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no domínio da Educação, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde; Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-Lei n.º 155/1992, de 28 de junho, na sua atual redação; Lei de Enquadramento Orçamental – Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação; Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2021; - - Decreto-Lei n.º 126-C/2021 de 31 de dezembro, que aprova o regime transitório de execução orçamental, sendo prorrogada para o ano económico de 2022 — a partir de 1 de janeiro de 2022 até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2022; Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais – Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro; Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso das entidades públicas – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação; Procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação; Código dos Contratos Públicos – Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 89/656/CEE, do Conselho, de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho; Portaria Nº 988/93, de 6 de outubro, que estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamento de proteção individual; Decreto-Lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro, que estabelece as prescrições mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores.

A prova de conhecimentos tem caráter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos nºs 9 e 10 do artigo 9º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril.

----Avaliação Psicológica (AP) – a avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.-----

----O perfil de competências definido compreende a organização e método de trabalho, adaptação e melhoria contínua, trabalho de equipa e cooperação, e responsabilidade e compromisso com o serviço.-----



-----A avaliação psicológica é valorada através dos níveis classificativos de *Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. A avaliação psicológica tem carácter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril., na sua redação atual. Havendo fases intermédias, estas são valoradas através das menções classificativas de *Apto e Não apto*.-----

-----Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – a entrevista profissional de seleção visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Por cada entrevista profissional de seleção é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.-----

-----Na entrevista profissional de seleção são consideradas e ponderadas a motivação e interesse pelo lugar, a qualificação e perfil para o cargo, a capacidade de expressão e compreensão verbal e a capacidade de relacionamento interpessoal.-----

-----A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. O resultado final da entrevista profissional de seleção é obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.-----

-----A entrevista profissional de seleção tem carácter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação.-----

-----**2) Ordenação Final:**-----

-----Para efeitos de ordenação final dos candidatos o júri adotará a seguinte fórmula: Ordenação Final = $(40PC+30AP+30EPS)/100$, em que PC = Prova de Conhecimentos, AP = Avaliação Psicológica e EPS = Entrevista Profissional de Seleção.-----

-----**Candidatos que se encontrem na situação do n.º2 do art.º 36º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, desde que não afastados por escrito os referidos métodos:**-----

-----**1) Métodos de Seleção** - os métodos de seleção a aplicar aos candidatos abrangidos pela referida disposição legal são a Avaliação Curricular (AC), a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).-----

-----Avaliação curricular (AC) – a avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar.-----

-----Na avaliação curricular são consideradas e ponderadas a habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes, a formação profissional (considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências ao exercício da função), a experiência profissional (com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas) e a avaliação de desempenho (relativa aos últimos três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar). A

valoração da avaliação de desempenho só é aplicável aos candidatos que já tenham executado atribuição, competência ou atividade idêntica às dos postos de trabalho a ocupar. Para a valoração da avaliação curricular, a que será atribuída uma nota entre 0 e 20 valores, com valoração até às centésimas, o júri adotará a seguinte fórmula: Avaliação Curricular = (3 Habilitação Académica + 2 Formação Profissional + 4 Experiência Profissional + 1 Avaliação de Desempenho)/10. -----

-----No parâmetro habilitação académica (HA) é ponderada a média obtida na habilitação académica exigida para o lugar, acrescida de um valor por cada grau académico superior ao exigido desde que em área de formação relevante para as funções inerentes ao posto de trabalho a ocupar. -----

-----No parâmetro formação profissional (FP) apenas são considerados os cursos ou ações de formação na área de atividade específica para que é aberto o procedimento concursal, que se encontrem devidamente comprovados, sendo os mesmos ponderados através do somatório do número de horas de cada curso ou ação de formação, da seguinte forma (máximo de 20 valores): -----

-----Total de horas de formação < 100 - 8 valores; -----

-----Total de horas de formação > ou = 100 e < 200 – 12 valores; -----

-----Total de horas de formação > ou = 200 e < 300 – 15 valores; -----

-----Total de horas de formação > ou = 300 < 400 – 18 valores; -----

-----Total de horas de formação > ou = 400 – 20 valores; -----

-----Quando a formação for indicada em dias, semanas ou meses, far-se-à a sua conversão da seguinte forma:

-----Um dia de formação equivale a 7 horas; -----

-----Uma semana de formação equivale a 5 dias; -----

-----Um mês de formação equivale a 4 semanas. -----

-----No parâmetro experiência profissional (EP) é ponderado o desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o procedimento concursal, da seguinte forma:-----

-----Experiência < 1 ano – 8 valores;-----

-----Experiência > ou = 1 ano e < 2 anos – 10 valores;-----

-----Experiência > ou = 2 anos e < 5 anos – 14 valores; -----

-----Experiência > ou = 5 anos e < ou = 8 anos – 16 valores; -----

-----Experiência > 8 anos – 20 valores.-----

-----No parâmetro avaliação de desempenho (AD) é considerada a média das notas obtidas nos três últimos anos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, convertida numa escala de 0 a 20 valores. -----

-----Os candidatos que, por razões que não lhe sejam imputáveis, não possuam avaliação do desempenho relativa ao ou aos anos em consideração, é-lhes atribuída a nota positiva de “3” correspondente a um desempenho de “Bom”, atento o fixado no artigo 6º do Decreto Regulamentar nº 19-A/2004, de 28 de dezembro, para os anos de 2005 a 2007, e a nota de “2” correspondente a um “Desempenho adequado”, atento o fixado no artigo 50º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, para os anos de 2008 e seguintes (ver FAQ’s – Procedimento Concursal (Portaria nº 83-A/2009, alterada pela Portaria nº 145-A/2011) da DGAEP.-----

-----A avaliação curricular tem caráter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. -----

-----Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – a entrevista de avaliação de competências visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Este método deve permitir uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido. O guião de entrevista deve estar associado a uma grelha de avaliação individual que traduza a presença ou ausência dos comportamentos em análise. -----

-----Na entrevista de avaliação de competências são consideradas e ponderadas o planeamento e organização, análise da informação e sentido crítico, iniciativa e autonomia e inovação e qualidade. A entrevista é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. -----

-----A entrevista de avaliação de competências será valorada da seguinte forma: -----

-----Apresenta 0 competências de nível suficiente – 4 valores; -----

-----Apresenta 1 competência de nível suficiente – 8 valores; -----

-----Apresenta 2 ou mais competências de nível suficiente – 12 valores; -----

-----Apresenta 3 ou mais competências de nível bom – 16 valores; -----

-----Apresenta as 4 competências de nível elevado – 20 valores. -----

-----Sendo o nível de cada competência apurado da seguinte forma: -----

-----Evidencia 0 ou 1 comportamentos – insuficiente; -----

-----Evidencia 2 comportamentos – suficiente; -----

-----Evidencia 3 comportamentos – bom; -----

-----Evidencia 4 comportamentos – elevado. -----

-----A entrevista de avaliação de competências tem caráter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. -----

-----Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – a entrevista profissional de seleção visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Por cada entrevista profissional de seleção é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada. -----

-----Na entrevista profissional de seleção são consideradas e ponderadas a motivação e interesse pelo lugar, a qualificação e perfil para o cargo, a capacidade de expressão e compreensão verbal e a capacidade de relacionamento interpessoal. -----

-----A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de *Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente*, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12,

8 e 4 valores. O resultado final da entrevista profissional de seleção é obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.-----

----A entrevista profissional de seleção tem caráter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.-----

----**2) Ordenação Final:**-----

----Para efeitos de ordenação final dos candidatos o júri adotará a seguinte fórmula: Ordenação Final = $(40AC+30EAC+30EPS)/100$, em que, AC = Avaliação Curricular, EAC = Entrevista de Avaliação de Competências e EPS = Entrevista Profissional de Seleção.-----

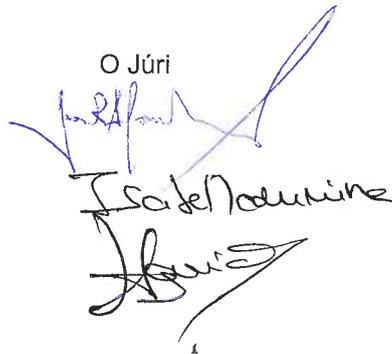
---- Atendendo à celeridade que importa imprimir aos presentes procedimentos concursais tendo em conta a urgência no preenchimento dos postos de trabalho e considerando o disposto no art. 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30-04, na sua redação atual, os métodos de seleção indicados serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 30 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades dos serviços.-----

---- Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, na sua redação atual. Subsistindo a igualdade de classificação, utilizar-se-á, como critério de desempate o grau de dificuldade da pergunta/parâmetro de avaliação, sendo este aferido na ordem inversa ao número de respostas corretas/valoração obtidas pelo conjunto de candidatos submetidos ao método de seleção. O/a candidato/a que tenha melhor nota na questão/parâmetro de avaliação com grau de dificuldade mais elevado é classificado em primeiro lugar, seguido do/a candidato/a com a segunda melhor nota nessa questão/parâmetro e assim sucessivamente, de acordo com as notas obtidas e as questões/parâmetros de avaliação ordenadas em função do grau de dificuldade das perguntas/parâmetros de avaliação.-----

----E nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos.-----

----Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade.-----

Marco de Canaveses, 21 de abril de 2022

O Júri

Isabel Almeida
Boris